



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA

Critérios Gerais para a
Distribuição de Serviço,
Elaboração de Horários e
Constituição de Turmas

 ndice

1. Introduc�o	3
2. Funcionamento das escolas	3
3. Cr�terios gerais para constitui�o de turmas.....	3
4. Cr�terios espec�ficos para a constitui�o de turmas	4
a) Educa�o pr�-escolar -----	4
b) 1� ciclo do ensino b�sico-----	4
c) 2�, 3� ciclos do ensino b�sico e secund�rio-----	5
5. Cr�terios gerais para a elaborac�o dos hor�rios dos alunos.....	6
6. Cr�terios gerais para a elaborac�o dos hor�rios dos docentes . Error! Bookmark not defined.	
7. Cr�terios espec�ficos para a distribu�o de servi�o docente	8
8. Distribu�o de servi�o da educa�o especial	11
9. Elaborac�o de hor�rios da educa�o especial	12

1. Introdução

O presente documento “Organização do ano letivo” estabelece as orientações para os “Critérios de Constituição de Turmas” e os “Critérios para a Distribuição de Serviço e Elaboração dos Horários”.

Para além de dar cumprimento à legislação em vigor sobre estas matérias, este documento define procedimentos e práticas que visam a consolidação da organização curricular e escolar nas escolas do Agrupamento.

As opções organizativas e pedagógicas delineadas neste documento tiveram como base os diplomas legais e os documentos estruturantes do Agrupamento.

Este documento foi elaborado tendo presente a missão do Agrupamento, prestar à comunidade um serviço educativo de elevada qualidade, dando uma resposta eficaz às diferentes necessidades, tendo em conta o carácter único e dinâmico da ESCOLA e promovendo uma atitude positiva e cooperante.

2. Funcionamento das escolas

A Escola Secundária do Monte funciona em regime diurno das 8:20h às 18:30h e no turno da noite das 19:00h às 23:40h, de 2ª a 6ª feira. Ao sábado funciona em horário variável de acordo com as necessidades decorrentes da realização de ações de formação e de atividades de desporto escolar.

A Escola Básica Costa da Caparica funciona entre as 8:15h e as 18:20h de 2ª a 6ª feira.

As Escolas Básica José Cardoso Pires, Escola Básica 1 /JI da Costa de Caparica e Escola Básica 1 /JI da Vila Nova de Caparica funcionam para o pré-escolar e 1º ciclo das 7:30h às 19:30h, de 2ª a 6ª feira.

3. Critérios gerais para a constituição de turmas

1. Na constituição das turmas prevalecem critérios de natureza pedagógica definidos no projeto educativo e no regulamento interno do estabelecimento de educação e de ensino, competindo ao diretor aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras constantes do despacho normativo em vigor para a organização do ano letivo.
2. Na constituição das turmas é respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, podendo, no entanto, o diretor, após ouvir o conselho pedagógico, atender a outros critérios que sejam

determinantes para a promo o do sucesso e para a redu o do abandono escolar.

4. Crêterios específicos para a constitui o de turmas

1. No ensino básico e secundário, as turmas dos anos sequenciais, bem como as disciplinas de continuidade obrigatória, podem funcionar com um número de alunos inferior ao estabelecido, desde que se trate de assegurar o prosseguimento de estudos aos alunos que, no ano letivo anterior, frequentaram a escola com aproveitamento e tendo sempre em considera o que cada turma ou disciplina só pode funcionar com qualquer número de alunos quando for única.
2. A constitui o ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número inferior ao estabelecido carece de autoriza o dos serviços territorialmente competentes (DGEstE), mediante análise de proposta fundamentada do diretor.
3. A constitui o ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número superior ao estabelecido carece de autoriza o do Conselho Pedagógico.
4. Pode haver pequenas altera es decorrentes de matérias diretamente relacionadas com as atividades de enriquecimento curricular (conceito de escola a tempo inteiro) ou por motivo de espaço físico disponível para a hora de almoço, o qual terá de ser por turnos.
5. Nos horários das turmas dos 2. 3.   ciclos não poderão constar mais do que 6 segmentos ou 5 tempos consecutivos.
6. O número de tempos letivos diários não deve ser superior a 8 tempos, mas excecionalmente pode ser superior em 2 dias da semana (nos dias em que a carga horária   excecionalmente maior devem ser incluídas aulas da área das expressões e/ou disciplinas facultativas).
7. As turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de dois alunos nestas condi es.
8. Os alunos irmãos, salvo recomenda o em contrário, devem ser integrados na mesma turma.

a) Educa o pré-escolar

1. Na Educa o Pré-Escolar, sempre que possível, devem constituir-se grupos-turma dando continuidade ao grupo-turma do ano letivo anterior, tendo em conta o perfil e as necessidades das crianças e o número de anos de frequência no Jardim-de-infância.
2. Na Educa o Pré-Escolar as turmas são constituídas por um número mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças.

b) 1.   ciclo do ensino básico

1. As turmas do 1.   ciclo do ensino básico são constituídas por 26 alunos   exe o das turmas do 1.   ano que são constituídas por 24 alunos. (Despacho Normativo n. 1-B/2017 art. 18 n. 2) - Escolas TEIP.

2. Na constituição de turmas de 1º ano deve ter-se em conta as recomendações oriundas do Pré-Escolar. As turmas devem ser constituídas por um número mínimo de 20 alunos e um máximo de 24 alunos.

c) 2º, 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário

1. As turmas dos 5º ao 12º anos de escolaridade são constituídas por um número mínimo e um máximo de alunos, conforme estipula a lei.
2. As turmas dos 5º e 7º anos são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e máximo de 28 alunos. (Despacho Normativo nº1-B/2017 artº20 nº2) - Escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária).
3. Nas turmas do 10º ano de escolaridade do curso científico - humanísticos (Escolas TEIP) o número mínimo para abertura da turma é 24 alunos, o número máximo 28 alunos e numa disciplina de opção 20 alunos.
4. Nas turmas do 10º ano dos cursos profissionais (Escolas TEIP) o número mínimo de abertura de uma turma é 22 alunos e o número máximo 28.
5. As turmas dos cursos profissionais que integrem alunos com necessidades educativas especiais são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos por turma.
6. As turmas devem ser constituídas pelo número mínimo legalmente previsto permitindo um ensino mais individualizado.
7. Na constituição das turmas de 5º ano são considerados níveis etários próximos e número equilibrado quanto ao género.
8. Na mudança de ciclo do 4º para o 5º ano de escolaridade todas as turmas devem atender às indicações pedagógicas fornecidas pelo Professor do 1º ciclo (parecer do professor Titular de Turma) e/ou Psicólogo.
9. Na mudança de ciclo do 6º para o 7º ano de escolaridade todas as turmas são constituídas de acordo com a disciplina de oferta de escola e a disciplina de língua estrangeira.
10. Nos 6, 8º e 9º anos deve dar-se continuidade ao grupo-turma do ano anterior, respeitando as orientações dos Conselhos de Turma devidamente fundamentadas, em ata de reunião.
11. Todas as situações de não continuidade de alunos nas turmas de origem devem ser apresentadas e devidamente fundamentadas pelo Conselho de Turma.
12. Nos 7º e 8º anos de escolaridade o número mínimo para a abertura de uma disciplina de opção do conjunto das disciplinas que integram as de oferta de escola é de 20 alunos.
13. Devem ser colocados na mesma turma alunos vindos do estrangeiro com dificuldades especiais em Língua Portuguesa, a fim de facilitar a prestação do apoio pedagógico previsto.
14. Alunos em situação de retenção não podem estar todos concentrados numa turma, devendo ser respeitada em cada turma a heterogeneidade do público escolar, excetuando-se projetos devidamente fundamentados.
15. Podem ser criados grupos de homogeneidade relativa em disciplinas estruturantes ao longo de todo o ensino básico.
16. As indicações constantes das atas dos Conselhos de Turma do 2º, 3º ciclos do ensino básico e do

ensino secundário, e dos Encarregados de Educa o devem ser tomadas em conta, desde que não contrariem as normas estipuladas e cr terios de natureza pedagógica.

17. As turmas de Educa o Moral e Religiosa são constituídas com o número mínimo de 10 alunos e, s integram alunos provenientes de diversas turmas do mesmo ano de escolaridade,   exce o do 1  ciclo que pode ter alunos de vários anos para a constitui o dos grupos.
18. Para toda e qualquer situa o omissa neste regulamento prevalece a decisão do Diretor.

5. Crêterios gerais para a elaborac o dos horários dos alunos

1. Os horários devem ter uma distribu o letiva equilibrada, pelos cinco dias da semana, de modo a que não existam dias muito sobrecarregados.
2. Cada aula corresponde a um segmento de 45 minutos nos 2 , 3  ciclos e ensino secundário e de 60 minutos no primeiro ciclo.
3. Na distribu o da carga letiva semanal deve evitar-se a existência de aulas isoladas e tempos sem ocupa o.
4. A mesma disciplina não deve ser lecionada em dias seguidos, nem estar marcada sempre ao último tempo da manhã ou da tarde (excepto no 1  ciclo).
5. As disciplinas de Língua Estrangeira e de Educa o Física não devem ser lecionadas em dias seguidos.
6. As disciplinas de Educa o Visual, Educa o Tecnológica, Educa o Musical e Educa o Física devem estar, sempre que possível, em contra turno.
7. Os horários devem ter uma distribu o que contemple disciplinas de carácter teórico e prático nos dias com maior número de aulas.
8. No ensino regular o número de aulas curriculares não deve ultrapassar 4 blocos (8 segmentos de 45 minutos) no mesmo dia.
9. Nos cursos profissionais, CEF e vocacionais, sempre que sejam ultrapassados os 4 blocos (8 segmentos de 45 minutos) as aulas teóricas devem alternar com aulas práticas.
10. Os cursos EFA são ministrados em segmentos de 45 minutos com 2 blocos diários para o EFA B3 e 3 blocos diários para o EFA Secundário.
11. O desdobramento das turmas em turnos deve ocorrer no mesmo dia.
12. As disciplinas sujeitas a exame nacional devem, sempre que possível, ocupar o turno da manhã.
13. O intervalo do almoço não pode ser inferior a uma hora quando as atividades escolares decorrem no período da manhã e da tarde.
14. As aulas de Educa o Física são podem iniciar-se 60 minutos após o período do almoço, constante no horário da respetiva turma.
15. As horas de apoio devem constar no horário dos alunos e no horário dos professores e ser distribuídas de forma equilibrada.
16. Nos cursos profissionais as horas de PAP (Prova de Aptidão Profissional) devem estar marcadas nos horários dos alunos e dos professores, e nestes últimos serem letivas ou do artigo 79 .

17. No Curso Profissional de Apoio   Infância no 2  e 3  ano a 4  feira está destinada   FCT (Formac o em Contexto de Trabalho), não podendo ter assim outra atividade letiva.
18. Os horários dos alunos podem ser alterados pontualmente para efeitos de substituic o de aulas resultantes da ausência dos docentes, após informa o aos encarregados de educa o.
19. As turmas devem ocupar, na medida do possível, a mesma sala de aula, dando-se especial cumprimento a este princípio no 2  ciclo.
20. Os alunos de desporto federado ou do ensino articulado de música devem entregar, aquando da matricula ou renova o de matricula, comprovativo oficial da sua situa o a fim de lhes ser garantido o turno.
21. Quaisquer alterac es a estes princípios devem ser devidamente justificadas com base em argumentos de carácter pedagógico.

6. Crêterios gerais para a elaborac o dos horários dos docentes

1. Todos os horários devem contemplar um período para reuniões e/ou trabalho colaborativo marcado   4  feira a partir das 16:40 horas.
2. Na distribuic o de serviço deve ter-se em conta a adequa o do perfil do professor   necessidades da turma. Os cr terios subjacentes   distribuic o do serviço docente visam a gestão eficiente e eficaz dos recursos humanos disponíveis, tanto na adapta o aos fins educativos a que se destinam, como na otimiza o do potencial de forma o de cada um dos docentes.
3. Deve evitar-se a atribuic o de turmas com disciplinas sujeitas a exame final a professores para os quais haja previsibilidade de ausência prolongada.
4. No ensino secundário, sempre que possível, deve ser nomeado diretor de turma o professor que leciona uma disciplina onde estejam inscritos a totalidade ou a grande maioria dos alunos da turma.
5. São constituídas equipas pedagógicas estáveis ao longo de cada ciclo.
6. O trabalho colaborativo entre docentes desenvolve-se em equipas pedagógicas organizadas por ano de escolaridade, havendo um responsável por ano.
7. Os professores bibliotecários devem ter o dia de 5 F sem componente letiva.
8. As coordenadoras dos diretores de turma devem ter um bloco em comum de trabalho colaborativo.
9. Os horários dos docentes seguem o estipulado na legisla o em vigor.

7. Critérios específicos para a distribui o de serviço docente

1. A componente letiva a constar no horário semanal de cada docente encontra-se fixada no artigo 77.  do ECD (Estatuto da Carreira Docente), considerando-se que está completa quando totalizar 25 horas semanais, no caso do pessoal docente da educa o pré-escolar e do 1.  ciclo do ensino básico, ou 22 horas semanais (1100 minutos), no caso do pessoal dos restantes ciclos e níveis de ensino, incluindo a educa o especial.

N.� horas	N.� minutos	Segmentos de 45' ou blocos de 90'
22 h	1100 min	24 seg = 12 blocos + 20 min remanescente
20 h	1000 min	22 seg = 11 blocos + 10 min remanescente
18 h	900 min	20 seg = 10 blocos
16 h	800 min	17 seg = 8 + 0,5 blocos + 35 min remanescente
14 h	700 min	15 seg = 7 + 0,5 blocos + 25 min remanescente

2. O horário semanal dos docentes   de 35 horas (1750 minutos), composto por Componente Letiva + Componente Não Letiva + Trabalho Individual.
3. Nos termos do artigo 79.  do ECD a componente letiva do trabalho semanal, a que estão obrigados os docentes dos 2.  e 3.  ciclos do ensino básico, do ensino secundário e da educa o especial,   reduzida consoante a idade e o tempo de serviço, 50, 55 e 60 anos:

50 anos de idade e 15 de serviço: 2 horas de redu o;
 55 anos de idade e 20 anos de serviço: + 2 horas de redu o;
 60 anos de idade e 25 anos de serviço: + 4 horas de redu o.

4. A componente não letiva do serviço docente encontra-se definida no artigo 82.  do ECD e abrange a realiza o de trabalho individual e a presta o de trabalho na escola.
5. O diretor estabelece o tempo de 150 minutos semanais, a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente, de modo a que, nos termos do n.  4 do artigo 82.  do ECD, fiquem asseguradas as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos; as atividades atribuídas   Equipa TIC; e que um dos tempos da C.N.L. dos horários dos docentes com disciplinas sujeitas a avalia o externa seja destinado a Apoio Pedagógico no ensino secundário.
6. Compete ao diretor distribuir o serviço docente, nos termos da alínea d) do n.  4 do artigo

20.  do Decreto-Lei n.  75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto- Lei n.  137/2012, de 2 de Julho.

7. A distribuic o de serviço concretiza-se com a entrega de um horário semanal a cada docente da educa o pré-escolar, dos 1. , 2.  e 3.  ciclos do ensino básico, do ensino secundário e da educa o especial, no início do ano letivo ou no início da sua atividade, sempre que esta não coincida com o início do ano letivo.
8. Os cr terios subjacentes   distribuic o do serviço docente visam a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, tanto na adapta o aos fins educativos a que se destinam, como na otimiza o do potencial de forma o de cada um dos docentes.
9. Os docentes podem, independentemente do grupo pelo qual foram recrutados, lecionar outra disciplina ou unidade de forma o do mesmo ou de diferente ciclo ou nível de ensino, desde que sejam titulares da adequada forma o científica e certifica o de idoneidade nos casos em que esta   requerida.
10. O serviço docente não deve ser distribuído por mais de dois turnos por dia.
11. Excetua-se do previsto no número anterior a participa o em reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos legais, quando as condi es da escola assim o exigirem.
12. O diretor garante, através dos meios adequados, o controlo da pontualidade e da assiduidade de todo o serviço docente registado no horário nos termos do n.  3 do artigo 76.  do ECD.
13. Com vista a melhorar a qualidade da aprendizagem, o diretor gere os seus recursos de forma a implementar as medidas previstas na legisla o em vigor que melhor se adaptem aos objetivos definidos, designadamente:
 - a. a coadjuva o, quando necessária, em qualquer disciplina do 1.  ciclo, com maior relevo para Português e Matemática, por parte de professores do mesmo ou de outro ciclo e nível de ensino pertencentes   escola, de forma a colmatar as dificuldades de aprendizagem que sejam identificadas;
 - b. a coadjuva o em qualquer disciplina dos 2.  e 3.  ciclos do ensino básico e do ensino secundário entre os docentes a exercer fun es na escola, quando necessária;
 - c. a constitui o temporária de grupos de alunos de homogeneidade relativa, em qualquer ciclo de estudos ou nível de ensino, acautelando a devida articula o dos docentes envolvidos.
14. O serviço letivo resultante dos grupos e turmas existentes na escola tem prioridade sobre qualquer outro para efeitos do preenchimento da componente letiva a que cada docente

está obrigado pelo disposto nos artigos 77.º e 79.º do ECD.

15. A componente letiva de cada docente de carreira tem de estar completa, não podendo, em caso algum, conter qualquer tempo de insuficiência.
16. A distribuição de serviço da componente não letiva de trabalho de escola fica a cargo do Diretor do Agrupamento, de acordo com as necessidades dos alunos, das atividades previstas no Plano Anual de Atividades do Agrupamento e das necessidades das Bibliotecas Escolares, de acordo com o definido no Regulamento Interno do Agrupamento, com o conteúdo do Despacho Normativo de Organização do Ano Letivo e demais legislação em vigor.
17. Preferencialmente, as horas de componente não letiva devem ser atribuídas às seguintes atividades:
 - a. atividades de promoção do sucesso escolar;
 - b. atividades de ocupação e acompanhamento dos alunos;
 - c. outras.
18. A eventual atribuição de serviço docente extraordinário, nos termos definidos no artigo 83.º do ECD, visa dar resposta a situações ocorridas no decurso do ano letivo, para as quais seja insuficiente a aplicação de alguns dos mecanismos previstos no n.º 7 do artigo 82.º do ECD, no diz respeito às ausências de curta duração e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 83.º do ECD.
19. Sempre que num grupo de recrutamento se verifique a necessidade de afetação ou de reafetação de horas letivas resultantes, designadamente, de impedimentos temporários de professores, são as mesmas distribuídas a docentes em serviço na escola.
20. Na definição das disciplinas de Oferta de Escola, Oferta Complementar e Atividades de Enriquecimento Curricular deve ser assegurada uma gestão racional e eficiente dos recursos docentes existentes na escola, designadamente dos professores de carreira afetos a disciplinas ou grupos de recrutamento com ausência ou reduzido número de horas de componente letiva.
21. O diretor constitui a Equipa TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) em função das necessidades e dos recursos disponíveis.
22. As horas de apoio à escola para programação e desenvolvimento de atividades educativas das equipas TIC são consideradas como atividade letiva aquando da distribuição do serviço aos docentes de carreira (saem do crédito horário).
23. Os 5º, 7º e 10º anos de escolaridade devem ser prioritariamente distribuídos a professores de quadro de agrupamento. Deve ser dada prioridade à continuidade pedagógica, numa lógica de ciclo.
24. Quando o anterior não se aplica deve dar-se a seguinte prioridade:
 - a. docentes do quadro (QA e/ou QZP);
 - b. docentes contratados com experiência profissional;
 - c. docentes contratados sem experiência profissional.
25. O docente obriga-se a comunicar ao Diretor qualquer facto que implique redução ou condicionamento na elaboração do seu horário.

26. No âmbito da autonomia pedagógica e organizativa das escolas, aquando da elaboração dos horários, é tido em consideração o tempo necessário para as atividades de acompanhamento e de vigilância dos alunos do 1.º ciclo durante os intervalos entre as atividades letivas, com exceção do período de almoço, ao abrigo da alínea l) do n.º 3 do artigo 82.º do ECD, assim como o atendimento aos encarregados de educação. Deste modo os intervalos são contabilizados nos tempos letivos.
27. No período letivo a partir das 22:00 cada hora noturna sofre a redução de 30 minutos, ou seja, 50% sobre o valor da hora diurna. Assim 90 minutos do bloco correspondem a 135 minutos.
28. O horário do docente não deve incluir mais de 6 segmentos / 5 tempos consecutivos, nem deve incluir mais de 10 segmentos / 9 tempos diários.
28. O horário letivo do docente deve contemplar um período para almoço de, no mínimo, 1 hora (60 minutos).
29. As atividades de Apoio ao Estudo nos 5º e 6º anos são asseguradas por professores de diferentes áreas disciplinares: 2 tempos/1 bloco em simultâneo para os professores de Português e Matemática; 1 tempo/1 segmento para o professor de Inglês; e os 2 tempos/1 bloco restantes são distribuídos pelas outras disciplinas.
30. O horário deve ter uma distribuição letiva equilibrada, de modo a evitar dias muito sobrecarregados.
31. De forma a serem criados grupos de nível em disciplinas como Português, Inglês e Matemática podem ser criados horários com 2/ou 3 professores comuns e em simultâneo, permitindo a rotatividade dos alunos conforme o seu nível de aprendizagem apesar de pertencerem a turmas diferentes do mesmo ano de escolaridade.
32. A direção de instalações deve ser atribuída apenas a docentes com redução do Art.º 79.
33. O representante de área disciplinar não pode ser diretor de turma, exceto se todos os segmentos/tempos que daí resultem estejam atribuídos na redução do Art.º 79.
34. Na sequência do Despacho Normativo Nº 4-A/2016, dando cumprimento ao Art.º 10º os 2 tempos/ 2 segmentos da CNL atribuídos, exclusivamente, na promoção do sucesso escolar, na impossibilidade de serem atribuídos ao diretor de turma, devem ser atribuídos ao secretário. Este espaço deve estar contemplado no horário dos docentes e dos alunos.
35. Os tempos a atribuir aos coordenadores de departamento são da competência do diretor e são contabilizados do artº79 e da componente não letiva,
36. Aos representantes das áreas disciplinares são atribuídos tempos não letivos para a realização de trabalhos de supervisão e monitorização distribuídos de acordo com o número de docentes de cada área, sendo a sua atribuição da competência do diretor.

8. Distribuição de serviço da educação especial

A distribuição de serviço aos docentes de educação especial é feita mediante a aplicação das medidas educativas ou das modalidades específicas de educação estabelecidas no programa educativo individual dos alunos avaliados de acordo com o Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro, conjugada com a especialidade dos referidos docentes para as crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente (NEE-CP), nomeadamente em:

- a) apoio especializado de docentes do grupo de recrutamento 910 em Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo;
- b) apoio especializado a outros alunos com NEE, não incluídos em unidades especializadas.

9. Elaboração de horários da educação especial

1. O horário semanal distribuído aos docentes da Educação Especial prevê o desempenho das suas funções em mais do que um estabelecimento deste Agrupamento de escolas.
2. O horário dos docentes do Ensino Especial no 1º ciclo corresponde a tempos de 60 minutos. Nos restantes ciclos o horário corresponde a segmentos de 45 minutos.

A Diretora: Isabel Maria Ribeiro da Silva Santos

Aprovado em Conselho Pedagógico a 20 de julho de 2017

Pronúncia do Conselho Geral a 24 de julho 2017